



Sumário

- Destaque da Semana
- Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)
- Notícias do Executivo
- Notícias do Ministério Público do Trabalho
- Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho
- Atos Normativos
- Dados estatísticos de Fiscalização

Destaque da Semana

[Governo vai modernizar Normas Regulamentadoras de saúde e segurança do trabalho](#)

Ministério da Economia (Trabalho) - 09/05/2019

As Normas Regulamentadoras (NRs) de segurança e saúde no trabalho vão passar por um amplo processo de modernização. O anúncio foi feito nesta quinta-feira (9) pelo secretário especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Rogério Marinho, na abertura da 31ª edição do Fórum Nacional do Instituto Nacional de Altos Estudos (Inae), no Rio de Janeiro. “Trazer investimentos para o Brasil passa pela criação de um ambiente propício, acolhedor e saudável para quem vai empreender. Por isso a importância da desburocratização e da simplificação de regras”, afirmou.

Para ler na íntegra [clique aqui](#)

[Validade de norma coletiva que restringe direito trabalhista é tema de repercussão geral](#)

Supremo Tribunal Federal - 06/05/2019

O Supremo Tribunal Federal (STF) vai analisar a validade de norma coletiva de trabalho que limita ou restringe direito trabalhista não assegurado constitucionalmente. A matéria teve repercussão geral reconhecida pelo Plenário Virtual da Corte e é tratada no Recurso Extraordinário com Agravo (ARE) 1121633, de relatoria do ministro Gilmar Mendes.

[Complemento de auxílio-doença é mantido apesar de conflito entre normas](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 10/05/2019

A Primeira Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou o Banco Santander (Brasil) Ltda. a voltar a pagar a complementação de auxílio-doença a um bancário nos termos do regulamento interno da empresa enquanto ele estiver afastado por benefício previdenciário. Os ministros concluíram que a convenção coletiva que estabeleceu limite temporal para a supressão da complementação gerou alteração contratual lesiva ao empregado.

[Banco é condenado por não facilitar acesso de empregada com paralisia cerebral ao trabalho](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 09/05/2019

A Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho deu provimento ao recurso de uma ex-empregada do Itaú Unibanco S.A que pedia a condenação do banco por não atender pedido de acessibilidade para poder retornar ao trabalho. Vítima de paralisia cerebral, ela buscava realocação numa agência perto de casa, mas o pedido foi negado. Por maioria, o colegiado condenou o banco ao pagamento de R\$ 100 mil a título de indenização, por entender que ele deixou de cumprir sua responsabilidade e sua função social como empresa.

[Acordos celebrados na Justiça Comum quitam parcelas de ação trabalhista no mesmo período](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 09/05/2019

A Quarta Turma do Tribunal Superior do Trabalho extinguiu processo em que um representante comercial buscava reconhecimento de vínculo de emprego em relação aos períodos correspondentes a acordos celebrados na Justiça Comum com a Distribuidora de Medicamentos Santa Cruz Ltda., de Curitiba (PR). O entendimento foi de que a sentença homologatória de acordo proferida no juízo cível, que conferiu plena e geral quitação de todos os direitos decorrentes de extinto contrato de prestação de serviços, produz coisa julgada na esfera trabalhista.

[Madeireira é responsabilizada por acidente com operador de motosserra](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 07/05/2019

A Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho reconheceu a responsabilidade da Araupel S. A., madeireira do Paraná, pelo acidente de trabalho sofrido por um operador de motosserra. Para a Turma, a atividade profissional desempenhada com o uso de motosserra deve ser considerada de risco, cabendo à empresa indenizar o empregado.

[Revista de bolsas e pertences sem contato físico não caracteriza ofensa](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 07/05/2019

A Quinta Turma do Tribunal Superior do Trabalho excluiu da condenação imposta às Lojas Americanas S. A. o pagamento de indenização por dano moral em razão da revista de bolsas e pertences de uma operadora de caixa de uma de suas lojas em Senhor do Bonfim (BA). A Turma seguiu o entendimento da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1) de que a fiscalização sem contato físico não caracteriza ofensa à honra ou à intimidade física do empregado.

[Em novo formato, programa Jornada aborda assédio moral no trabalho](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 06/05/2019

O programa Jornada está de volta e de cara nova. A produção em vídeo da Secretaria de Comunicação Social do Tribunal Superior do Trabalho reestrea nesta segunda-feira (6). Reformulado, o programa agora é voltado para a realidade da internet, com comunicação ágil, linguagem simples e mais interatividade. Cada edição tem no máximo dez minutos e é postada no canal oficial do TST no Youtube. A cada 15 dias, um tema de relevância no universo trabalhista será abordado, com a participação de diversos profissionais.

[Inclusão de construtora em cadastro de inadimplentes da União é suspensa até julgamento de recurso](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 06/05/2019

A Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou agravo da União, por meio da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), contra decisão monocrática em que o ministro Cláudio Brandão suspendeu a determinação de inclusão da Via Engenharia S.A. no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin). A empresa foi multada em R\$70 mil por irregularidades trabalhistas, mas efetuou o depósito prévio referente ao valor total da multa aplicada, o que permite a suspensão do registro no Cadin.

[Maternidade garante direitos específicos às trabalhadoras](#)

Ministério da Economia (Trabalho) - 10/05/2019

Manter o equilíbrio entre a maternidade e a carreira profissional é um desafio para milhões de brasileiras. A legislação reconhece esse esforço e prevê uma série de direitos. Em comemoração ao Dia das Mães, neste 12 de maio, a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia divulga os principais

Notícias

benefícios das trabalhadoras, como a licença-maternidade que, somente em 2018, atendeu mais de 53 mil mulheres no Brasil.

[Maternidade garante direitos específicos às trabalhadoras](#)

Ministério da Economia (Trabalho) - 10/05/2019

Manter o equilíbrio entre a maternidade e a carreira profissional é um desafio para milhões de brasileiras. A legislação reconhece esse esforço e prevê uma série de direitos. Em comemoração ao Dia das Mães, neste 12 de maio, a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia divulga os principais benefícios das trabalhadoras, como a licença-maternidade que, somente em 2018, atendeu mais de 53 mil mulheres no Brasil.

[Paulo Guedes: Nova Previdência é “reforma de Estado”](#)

Ministério da Economia (Trabalho) - 08/05/2019

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou nesta quarta-feira (8) que a Nova Previdência é uma verdadeira reforma de Estado e que oferecerá maior equidade e justiça ao País. “O sistema previdenciário brasileiro é insustentável e injusto. É um buraco fiscal que ameaça engolir o Brasil”, disse o ministro durante audiência pública da Comissão Especial na Câmara dos Deputados. As mudanças no sistema previdenciário constam da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 06/2016, apresentada pelo governo ao Congresso em 20 de fevereiro.

[SESMT: em nome da prevenção de acidentes e doenças no ambiente laboral](#)

Ministério da Economia (Trabalho) - 06/05/2019

A criação do Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT) é uma exigência da Norma Regulamentadora nº 4 (NR-4). O objetivo é claro e está definido no próprio nome do serviço: promover a saúde e proteger a integridade do trabalhador em seu ambiente laboral. A divulgação das NRs é um dos destaques da Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho (Canpat) 2019, iniciativa da Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia lançada em abril e que se estenderá até o fim do ano.

[Fundacentro promove palestra sobre Ferramentas de Gestão de Risco à SST](#)

Fundacentro - 10/05/2019

A Fundacentro (Centro Estadual do Espírito Santo – CEES) promove no dia 17 de maio, das 14h às 17h, palestra sobre “Ferramentas de Gestão de Risco à Segurança e Saúde no Trabalho”, a ser realizado na sede situada na Fundacentro/ES, situado à rua Cândido Ramos, nº 30 – Edifício Chamonix – Jardim da Penha – Vitória – ES.

[CTPP aprova novo texto da NR 12](#)

Fundacentro - 10/05/2019

A Comissão Tripartite Paritária Permanente – CTPP se reuniu em Brasília/DF, em 7 de maio, para discutir a proposta de reestruturação da Norma Regulamentadora n.º 12 (Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos). As modificações foram discutidas anteriormente pela Comissão Nacional Tripartite Temática – CNTT NR12, em abril, resultando no novo texto aprovado pela CTPP. As bancadas de Trabalhadores, Empregadores e Governo buscaram um consenso para o novo texto da NR 12, que passará por uma última revisão redacional e deverá ser publicado até o mês de junho. Os anexos da NR 12 serão adequados às modificações aprovadas pela CTPP.

[MPT defende fim da precificação da vida do trabalhador em CPI sobre Brumadinho](#)

Ministério Público do Trabalho - 09/05/2019

Durante audiência na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga o rompimento da barragem da Vale em Brumadinho (MG), o Ministério Público do Trabalho (MPT) defendeu o fim da tarifação do dano moral individual em casos de morte. A reunião ocorreu nesta quinta-feira (9), na Câmara dos Deputados. Chefe da Assessoria Jurídica da PGT, Márcio Amazonas, pediu a revogação de artigo da CLT que limita a tarifação do dano moral individual em caso de morte

[Editorial – Nada justifica a desregulamentação da segurança e saúde no trabalho no Brasil](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 10/05/2019

O SINAIT recebe com grande preocupação as declarações do secretário especial de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho, acerca das normas de segurança e saúde no trabalho – SST, especialmente quanto às Normas Regulamentadoras – NRs. No dia 9 de maio, em evento no Rio de Janeiro, disse, entre outras declarações, que a secretaria fará uma “modernização das normas de SST com foco na desregulamentação, na simplificação e na desburocratização.” Atacou as NRs e classificou a normatização da área de SST como “bizantina, anacrônica e hostil”. Afirmou, ainda, que para atrair investimentos para o Brasil, é preciso ter um ambiente “propício, acolhedor e saudável para quem vai empreender”.

[Migração dos eventos do eSocial para o Cadastro Nacional de Informações Sociais – CNIS](#)

Portal eSocial - 09/05/2019

O INSS informa que concluiu na sexta-feira 03/05/2019 o processamento de 10 milhões de eventos previdenciários oriundos do eSocial que estavam retidos por apresentar alguma inconsistência cadastral. Tais eventos agora já devidamente tratados estão sendo apresentados no Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS. Apenas 40 empresas de um total de 1400 inicialmente retidas ainda estão com pendência e

Notícias

com previsão de tratamento até o fim de maio/19.

[Empresas devem atualizar o CNAE conforme Instrução Normativa RFB 1.867/2019](#)

Portal eSocial - 08/05/2019

A tabela de códigos CNAE utilizada pelo eSocial foi atualizada em janeiro/2019. O código CNAE a ser preenchido nos eventos de tabela de Estabelecimentos (S-1005) deve respeitar o Anexo I da [Instrução Normativa RFB 971/2009](#), com as alterações da Instrução Normativa RFB 1867/2019. Essa orientação foi publicada no portal do eSocial 01/03/2019, na [Nota Técnica 11/2019](#).

[Consulta Obrigatoriedade ao eSocial e à DCTFWeb já está disponível](#)

Portal eSocial - 06/05/2019

Já está disponível a ferramenta de consulta à obrigatoriedade ao eSocial e à DCTFWeb. Com essa ferramenta, o contribuinte pessoa jurídica pode consultar quando começa a obrigatoriedade do envio das informações ao eSocial para a sua empresa, bem como o mês de início da obrigatoriedade da transmissão da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais – DCTFWeb.

[TCU pede que Receita pare de pagar benefício para auditores](#)

Consultor Jurídico - 10/05/2019

O Tribunal de Contas da União emitiu [parecer](#) recomendando que o Ministério da Economia pare de pagar um benefício para auditores fiscais. Segundo o TCU, por conta do Novo Regime Fiscal, a criação de despesa só pode ser feita com a indicação de como a verba será viabilizada: ou criando receita ou cortando em outro ponto.

[Fundacentro promove palestra sobre Ferramentas de Gestão de Risco à SST](#)

Fundacentro - 10/05/2019

A Fundacentro (Centro Estadual do Espírito Santo – CEES) promove no dia 17 de maio, das 14h às 17h, palestra sobre “Ferramentas de Gestão de Risco à Segurança e Saúde no Trabalho”, a ser realizado na sede situada na Fundacentro/ES, situado à rua Cândido Ramos, nº 30 – Edifício Chamonix – Jardim da Penha – Vitória – ES.

[Base aliada quer tirar do INSS pensão por acidentes a caminho do trabalho](#)

Consultor Jurídico - 07/05/2019

A ideia está no parecer do relator do projeto de conversão, deputado Paulo Martins (PSC-PR), e foi apresentada na terça-feira (7/5), depois de reunião com integrantes do governo. O argumento é que a

Notícias

reforma trabalhista deixou de considerar o tempo de deslocamento até o trabalho, as chamadas “horas in itinere”, como tempo à disposição do empregador. Portanto, afirma o deputado, a legislação previdenciária tem de se adaptar.

Atos Normativos

[LEI Nº 13.822, DE 3 DE MAIO DE 2019](#) (DOU de 06/05/2019 Seção I Pág. 01) - Altera o § 2º do art. 6º da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, para estabelecer que, no consórcio público com personalidade jurídica de direito público, o pessoal será regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT);

[SOLUÇÃO DE CONSULTA RFB Nº 7.015, DE 13 DE MARÇO DE 2019](#) (DOU de 06/05/2019 Seção I Pág. 17) - Contribuição Previdenciária Patronal. Créditos Previdenciários. Débitos Tributários. Compensação. Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial);

[CIRCULAR CEF Nº 853, DE 28 DE MARÇO DE 2019](#) (DOU de 06/05/2019 Seção I Pág. 24) - Divulga a versão 8 do Manual de Orientações Regularidade do Empregador;

[PORTARIA MEN.º 479, DE 6 DE MAIO DE 2019](#) (DOU de 07/05/2019 Seção I Pág. 14) – Subdelega competência aos Superintendentes Regionais do Trabalho para, em sus respectivas áreas de atuação, celebrar convênios e acordos de cooperações técnicas, quando não houver repasse ou contrapartida de recursos financeiros orçamentários;

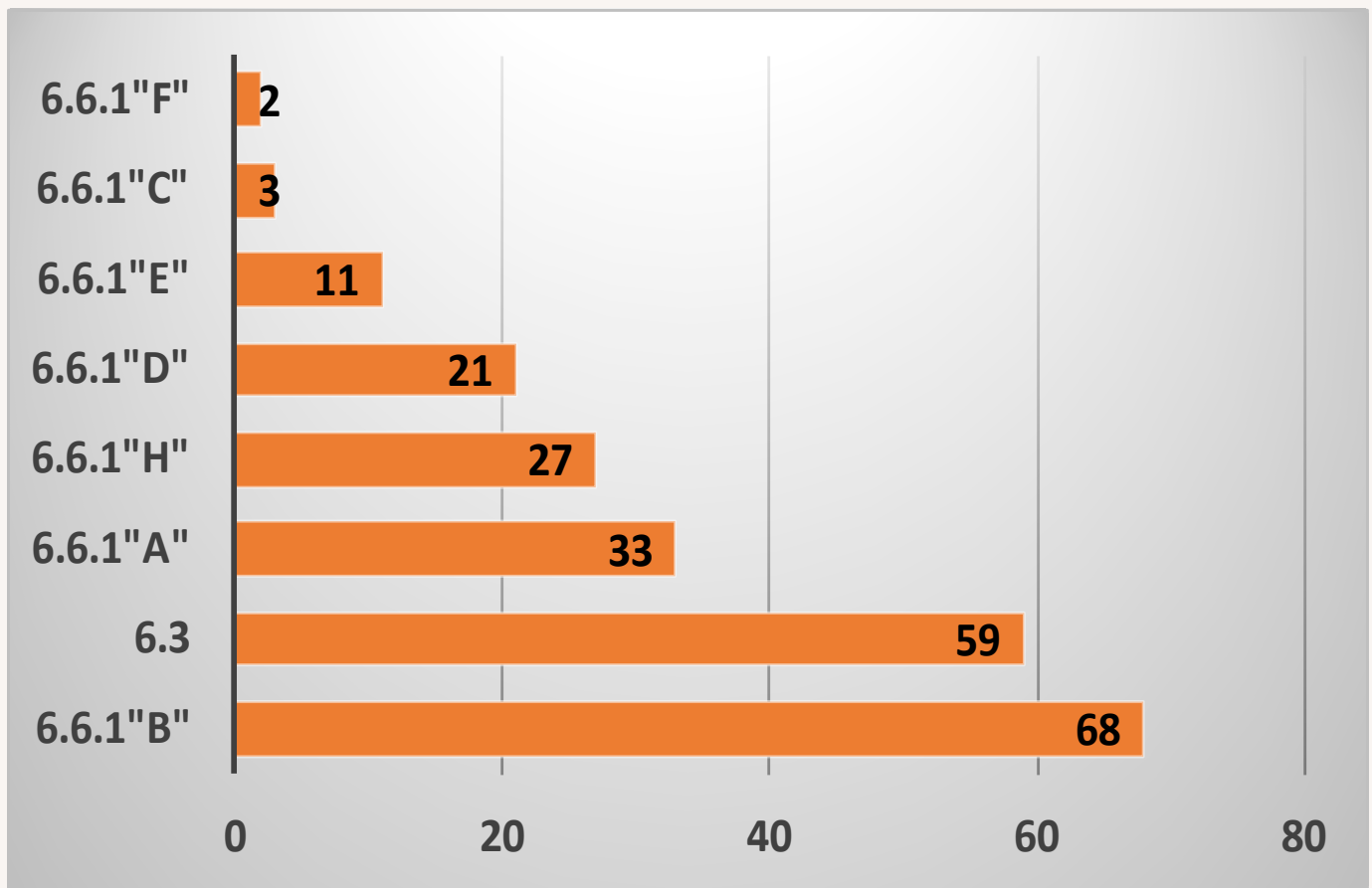
[DECRETO Nº 9.784, DE 7 DE MAIO DE 2019](#) (DOU de 08/05/2019 Seção I Pág. 03) - Declara a revogação de decretos normativos, para fins do disposto no art. 16 da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, e no art. 9º do Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019;

[PROVIMENTO CRPS Nº 6, DE 3 DE MAIO DE 2019](#) (DOU de 08/05/2019 Seção I Pág. 51) - Estabelece critérios para análise de Recurso Ordinário interposto contra decisão que cessar o benefício por incapacidade (Auxílio-doença previdenciário ou acidentário), nos casos de alta programada em que não foram efetivados pedidos de prorrogação (PP) no âmbito do Conselho de Recursos da Previdência Social, e dá outras providências;

[PROVIMENTO CRPS Nº 7, DE 8 DE MAIO DE 2019](#) (DOU de 09/05/2019 Seção I Pág. 49) - Revoga o Provimento 06/2019 e estabelece critérios para Recondução de Conselheiro Classista, nos casos de omissão, ausência de manifestação ou fim das atividades do Ente Representativo;

Dados Estatísticos de Fiscalização

Os 8 (oito) itens da Norma Regulamentadora 06 (Equipamentos de Proteção Individual - EPI) mais capitulados como "Regularizados na Ação Fiscal" durante a fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) no ano de 2017:



Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT/ME

***Regularizados na Ação Fiscal:** É uma rubrica utilizada pela fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) para contabilizar os itens da legislação trabalhista (CLT ou Segurança e Saúde no Trabalho) que foram corrigidos pelas empresas ao longo da ação de fiscalização realizada pelos Auditores Fiscais do Trabalho. Esse quantitativo não está atrelado obrigatoriamente ao número de "notificações" ou "autuações" realizadas pela auditoria fiscal do Ministério da Economia. Os atos fiscais do ME na área das relações de trabalho são assim contabilizados: RF 1 - Regular; RF 2 - Regularizado na Ação Fiscal; RF 3 - Irregular (autuação); RF 4 - Notificado; RF 5 - Embargo; RF 6 - Levantamento de Embargo; RF 7 - Interdição; RF 8 - Levantamento de Interdição.

Dados Estatísticos de Fiscalização

6.6.1 Cabe ao empregador quanto ao EPI :

b) exigir seu uso;

6.3 A empresa é obrigada a fornecer aos empregados, gratuitamente, EPI adequado ao risco, em perfeito estado de conservação e funcionamento, nas seguintes circunstâncias:

6.6.1 Cabe ao empregador quanto ao EPI :

a) adquirir o adequado ao risco de cada atividade;

6.6.1 Cabe ao empregador quanto ao EPI :

h) registrar o seu fornecimento ao trabalhador, podendo ser adotados livros, fichas ou sistema eletrônico.

6.6.1 Cabe ao empregador quanto ao EPI :

d) orientar e treinar o trabalhador sobre o uso adequado, guarda e conservação;

6.6.1 Cabe ao empregador quanto ao EPI :

e) substituir imediatamente, quando danificado ou extraviado;

6.6.1 Cabe ao empregador quanto ao EPI :

c) fornecer ao trabalhador somente o aprovado pelo órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho;

6.6.1 Cabe ao empregador quanto ao EPI :

f) responsabilizar-se pela higienização e manutenção periódica;

EXPEDIENTE

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

José Carlos Martins

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Fernando Guedes Ferreira Filho

Presidente da CPRT

Gilmara Dezan

Supervisora de Projetos e Assessora da CPRT

Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico